

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível	Mensuração (*)	2020		2019	
			Contabil	Valor Justo	Contabil	Valor Justo
			73.994	73.994	60.385	60.385
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (**)	Nível 2	2	429.124	429.124	448.840	448.840
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	2.073	2.073	3.245	3.245
Debêntures partes relacionadas	Nível 2	2	930.464	930.464	1.291.815	1.291.815
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	15.648	15.648	18.865	18.865
Fornecedores e cauçãoes contratuais	Nível 2	2	50.704	50.704	53.906	53.906
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.069	1.069	1.026	1.026
Outras contas a pagar	Nível 2	2	9.609	9.609	10.959	10.959
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2)) (***)	Nível 2	2	20.841	20.841	23.741	23.741
			2.103.648	2.103.648	1.852.397	1.852.397

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado (***) Vide nota 12 (***) Não é escopo do CPC 48. Mensuração do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauçãoes contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideramos-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos, mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	3,00%	3,75%	4,50%
Receita de aplicações financeiras	1.137	1.421	1.705
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(67.533)	(79.490)	(91.447)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(66.396)	(78.069)	(89.742)
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(30.266)	(35.316)	(40.366)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(30.266)	(35.316)	(40.366)
Juros a incorrer líquido	(96.662)	(113.385)	(130.108)

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2022	2023	2024	2025	Total
		em diante	em diante	em diante	em diante	em diante	
BNDES Automático	8,50%	106.948	106.948	106.948	106.948	73.218	501.010
Capital de giro	17,18%	2.077	–	–	–	–	2.077
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	8,42%	6.843	5.630	4.214	4.169	3.947	24.803
Fornecedores e cauçãoes contratuais	–	50.704	–	–	–	–	50.704
Fornecedores partes relacionadas	–	15.648	–	–	–	–	15.648
Outras contas a pagar	–	9.609	–	–	–	–	9.609
		191.829	112.578	111.162	111.117	77.165	603.851
		01.01 a 31.03.2021	01.04 a 30.06.2021	01.07 a 30.09.2021	01.10 a 2021		
BNDES Automático	8,50%	26.737	26.737	26.737	26.737	–	106.948
Capital de giro	17,18%	2.077	–	–	–	–	2.077
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	8,42%	1.711	1.711	1.711	1.711	–	6.843
Fornecedores e cauçãoes contratuais	–	48.988	1.716	–	–	–	50.704
Fornecedores partes relacionadas	–	15.648	–	–	–	–	15.648
Outras contas a pagar	–	9.129	435	45	–	–	9.609
		104.290	30.599	28.493	28.448	–	191.829

Diretoria				
Antonio Cesar Ribas Sass Diretor de Operações	Sergio Moniz Barretto Garcia Diretor Executivo de Operações	Juan Gabriel Lopez Moreno Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer Freitas Diretor de Assuntos Regulatórios	Luiz Marcelo de Souza Diretora de Manutenção

Conselho de Administração			Contador	
Andre Dorf Conselheiro	Flavia Lucia Mattioli Tãmega Conselheira	Marco Antonio Giusti Conselheiro	Adriano Pelek CRC PR 048.770/O-0	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Litoral Sul S.A. São José dos Pinhais-PR
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** A Sociedade avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, utilizou o cálculo do valor em uso para mensuração do valor recuperável. A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente, cujo cálculo envolve premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: a) Avaliar o desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; - Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Avaliamos as principais premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, bem como sensibilização dessas principais premissas com base em: informações externas (dados disponíveis de mercado e dados históricos); (ii) Recalcúlos dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis

consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos de base de prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social nas suas demonstrações contábeis. Esses prejuízos fiscais e base negativa devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Sociedade com base em premissas tais como: taxa de inflação esperada, período projetivo da concessão, preço da tarifa, quantidade de tráfego, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - A avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e a estimativa do lucro tributável futuro disponibilizadas pela Sociedade. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Sociedade para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados; (ii) Sensibilizamos essas premissas com base em informações externas, tais como dados disponíveis de mercado e dados históricos; e (iii) Recalcúlos as projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização dos prejuízos fiscais e base negativa. - Consideramos também se as divulgações nas demonstrações contábeis, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações

26. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).
27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	147.721

(*) Por sinistro. Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$67.562 e de R\$120.699, respectivamente.

28. Eventos Subsequentes – Covid-19: A Sociedade está constantemente monitorando o cenário e os ambientes social, econômico e de negócios a fim de tomar as melhores medidas e trazer as melhores soluções diante da pandemia do Covid-19. Com a melhora observada nos últimos meses, os governos passaram a relaxar um pouco mais as restrições sanitárias e de circulação, fato que tem se comprovado com a melhora constante nos níveis de tráfego pedagiado, e consequentemente, diminuindo bastante os níveis de risco e incerteza, dado que a operação e a receita praticamente retornaram a patamares pré-pandemia. Ainda assim, a Sociedade ressalta que as medidas de contenção ainda estão efetivas e em andamento, uma vez que o país ainda se encontra com estado de calamidade decretado, podendo ainda o ritmo de execução de obras e de serviços serem afetados em algum grau. Apesar disso, ressalta que continua envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias. Ressalta também que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas. Caso o cenário atual de melhora não se prove duradouro, ou caso se observe uma volta da intensidade da pandemia em uma 2ª onda e os efeitos restritivos voltem a se intensificar em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, tanto operacional, quanto financeira de seus negócios, dado todo o seu expertise no negócio, constantemente avaliando projeções de cenários, mantendo constante diálogo com os órgãos reguladores, além de acesso ao mercado de capitais e linhas de crédito bancário. Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado Sociedade, foram comparados os períodos entre 01 a 31 de janeiro de 2021 contra o mesmo período de 2020. As receitas apresentaram aumento de 41,4%. Sendo um total de R\$49.263 em 2021 contra R\$34.836 de 2020. A Sociedade observou impactos importantes frente às operações, entretanto, entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia. **Integrações:**

Data	Aprovação	Valor integralizado
26/01/2021	AGE	40.150
05/02/2021	AGE	7.300
22/02/2021	AGE	5.700
		53.150

Abaixo a relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:		
Data	Aprovação	Valor integralizado
05/01/2021	AGE	8.200
21/01/2021	AGE	1.150
26/01/2021	AGE	21.350
		30.700